

**Iniciativa Internacional do Clima 2012**

**Proposta de Projeto**

ao

**Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da  
Alemanha – BMU**

**Conservação da biodiversidade através da integração de serviços  
ecossistêmicos em políticas públicas e na atuação empresarial –  
TEEB Regional-Local**

**Cooperação Técnica Brasil – Alemanha**

**07.06.2012**

# 1. Identificação do projeto

## 1.1 Título do projeto

Conservação da biodiversidade através da integração de serviços ecossistêmicos em políticas públicas e na atuação empresarial – “TEEB Regional e Local no Brasil”

## 1.2 Duração prevista

11/2012 – 10/2016

## 1.3 Fonte externa

Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha – BMU.

## 1.4 Entidade brasileira proponente

O MMA, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, é responsável pela coordenação e condução política do projeto, pela interlocução com os demais parceiros e os atores regionais e locais, bem como pela disseminação e ampliação de escala das experiências no âmbito nacional.

Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) - (<http://www.mma.gov.br>)

Secretário Roberto Cavalcanti ([roberto.cavalcanti@mma.gov.br](mailto:roberto.cavalcanti@mma.gov.br))

SEPN 505 - Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz – 4º andar, 70730-540 - Brasília/DF

Tel. +55 61 2028.2149, Fax +55 61 2028.2149

## 1.5 Parceiros do projeto

Instituições que, juntamente com o MMA, formam a coordenação do projeto para alcançar os objetivos definidos:

### Confederação Nacional da Indústria (CNI)

- Competências e experiências relevantes para o projeto:

Defesa dos interesses da indústria brasileira, promoção de um clima de investimento adequado, apoio ao desenvolvimento de competências e estratégias de competitividade. Representação em todos os estados através das Federações das Indústrias.

- Função/Papel no projeto:

Implementação de ações de sensibilização e de qualificação das Federações Estaduais das Indústrias e das empresas associadas, desenvolvimento de orientações e recomendações para a integração de serviços ecossistêmicos em atividades empresariais. Função atual de Secretaria Executiva da *Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade*, uma iniciativa que se insere no contexto da Plataforma Global

de Negócios e Biodiversidade da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e tem o objetivo de atuar como canal direto entre o setor empresarial brasileiro e esta Convenção, promovendo a cooperação e o engajamento do setor empresarial brasileiro no âmbito internacional.

#### Aliados estratégicos do projeto

Ministério da Fazenda (MF): Responsável pela formulação e execução da política econômica no Brasil e parceiro do MMA na definição da agenda TEEB Brasil. Desempenha um papel importante na coordenação do projeto para incorporar os resultados nos instrumentos fiscais nacionais e nas aspirações nacionais para o desenvolvimento de sistemas de contabilidade verde.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA: ator relevante para o projeto pelo seu papel no apoio científico da agenda TEEB no Brasil, especialmente no desenvolvimento de estudos e cálculos no âmbito da economia ambiental.

Nos níveis local e regional o projeto trabalha com estados, municípios e empresas locais de setores econômicos prioritários selecionados, bem como ONGs regionais e locais, universidades e instituições de pesquisa relevantes, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Para disseminar as lições aprendidas, pretende-se cooperar com as representações de instituições ambientais estaduais e municipais tais como a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA e a Associação Nacional de Entidades Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA.

## 2. Custo estimado

		EUR
BMU	Cooperação técnica	3.500.000
Contrapartida Brasileira		2.500.000
<b>Total</b>		<b>6.000.000</b>

## 3. Resumo do Projeto

O governo brasileiro e o setor privado vem reconhecendo a importância da biodiversidade para o desenvolvimento do país. O diálogo social sobre o valor da biodiversidade e dos serviços que fornece está em ascensão. Porém, isso ainda não se reflete de uma forma abrangente na criação e implementação de políticas públicas. Apesar dos esforços e das numerosas iniciativas, faltam exemplos práticos de implementação, assim como instrumentos e procedimentos concretos para a integração dos serviços ecossistêmicos em políticas e programas. No setor privado existe um envolvimento principalmente de grandes empresas, mas as médias e pequenas empresas ainda não têm sido alcançadas.

O projeto tem foco nos níveis local e regional, promovendo exemplos concretos de implementação para a integração dos valores socioeconômicos e culturais da biodiversidade e dos ecossistemas em processos de planejamento e de formulação de políticas, reforçando o diálogo entre atores públicos e privados, assim como processos de negociação intersetoriais. Os exemplos-piloto locais e regionais serão incluídos na política nacional e na concepção de estratégias como parte de uma abordagem multinível.

Desta forma se criam referências políticas e econômicas por meio de modelos de envolvimento do setor privado e de políticas e programas apropriados que incluem serviços ecossistêmicos nos seus processos de planejamento e de investimento. Além da implementação de estratégias de sustentabilidade, serão feitas contribuições de relevância global para o clima e a proteção da biodiversidade.

## **4. Elementos**

### **4.1 Justificativa**

#### **4.1.1 Integração do projeto nas estratégias do país**

O projeto se integra na iniciativa TEEB Brasil, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, e complementa os outros processos temáticos "TEEB para Política Nacional", "TEEB para o Setor de Negócios" e "TEEB para os Cidadãos". A agenda TEEB é classificada pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Fazenda e por representantes do setor privado como prioritária para o Brasil, e se encaixa no esforço nacional de orientação para a chamada Economia Verde. Acordos de cooperação existentes, tais como o acordo entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Fazenda e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) reforçam a importância do diálogo intersetorial no marco da implementação da agenda TEEB Brasil.

O projeto visa apoiar políticas interministeriais com as experiências de aprendizagem concretas adquiridas no nível local e regional. Argumentos econômicos e ambientais e o uso de mecanismos de incentivos e de condução devem contribuir para a consolidação dessas políticas no nível nacional e, desta forma, contribuir também para sua ampla implementação. Neste sentido, o projeto está vinculado às seguintes políticas: Política Nacional da Biodiversidade, no marco do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Política Nacional do Clima, Plano Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) e os processos de Zoneamento Ecológico Econômico e Ordenamento Territorial (ZEE/OT), assim como o projeto de lei sobre Pagamentos por Serviços Ambientais, o programa de transferência de renda Bolsa Verde, o Programa Mais Ambiente para a promoção e consolidação de áreas florestais em terras particulares e os mecanismos de transferência financeira vinculada a critérios ambientais para municípios, como o ICMS Ecológico. Nas regiões selecionadas da Amazônia, do Cerrado e da Mata Atlântica o projeto deve contribuir para as políticas específicas para o combate ao desmatamento como o Plano de Controle e Prevenção do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), o Plano de Controle e Prevenção do Desmatamento e Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e o Programa Nacional de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

O setor privado e os seus representantes atribuem grande importância ao tema. O Movimento Empresarial pela Biodiversidade - MEB, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS, o Instituto LIFE (*Lasting Initiative for Earth*) para certificação da atuação empresarial na proteção da biodiversidade e a CNI formam a Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade, que faz parte da Plataforma Global de Negócios e Biodiversidade da CDB, para promover a cooperação e o engajamento do setor empresarial neste âmbito. Além disso, abordagens mais recentes podem oferecer pontos de partida interessantes, como a Parceria Empresarial pelos Serviços Ecossistêmicos – (PESE), iniciativa do CEBDS, do Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP (GVces) e do WRI, com apoio da USAID, que destina-se a promover novas estratégias de negócios que aliem o desempenho empresarial à gestão sustentável dos ecossistemas e da biodiversidade. O projeto se insere na agenda internacional do TEEB e propõe um intercâmbio ativo de aprendizagens e experiências para esta plataforma de conhecimento internacional. Desta forma, experiências relevantes deverão alimentar também o processo da Convenção sobre Diversidade Biológica, incluindo o Painel Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).

## 4.1.2 Situação de partida

O Brasil é o maior país da América do Sul, apresentando uma população de 192 milhões e um território que abrange 47% do continente. Possui a maior diversidade de espécies no mundo, com seis biomas terrestres e três grandes ecossistemas marinhos, além de pelo menos 103.870 espécies animais e 43.020 espécies vegetais atualmente conhecidas (aproximadamente 15-20% da biodiversidade mundial). Este capital natural e os serviços ecossistêmicos a ele vinculados são de grande importância, não só para a economia e a sociedade brasileira, como também para o equilíbrio ecológico global e para o bem-estar da humanidade. O grande crescimento econômico (PIB 2010: +7,5%) posiciona o Brasil como a sétima economia mundial e aumenta a pressão sobre os ecossistemas, especialmente pelo importante papel das matérias-primas (*commodities*) no balanço comercial do país. A expansão da agricultura, a construção de infra-estrutura (especialmente para transporte e energia) e a mineração promovem o desmatamento, degradação e fragmentação das florestas, e desta forma, afeta as principais reservas de biodiversidade e carbono. No Brasil, pelo menos 627 espécies animais e 472 espécies vegetais estão ameaçadas de extinção e as taxas anuais de desmatamento dos últimos anos giram ao redor de 6.500 km<sup>2</sup>/ano na Amazônia, 6.400 km<sup>2</sup>/ano no Cerrado e 450 km<sup>2</sup>/ano na Mata Atlântica. Nestes biomas restam, respectivamente 83%, 52% e 22% da cobertura nativa original. O Brasil é responsável por, aproximadamente, 4% das emissões globais de gases de efeito estufa, das quais 75% são originárias das mudanças no uso do solo.

O papel e o potencial da diversidade biológica e dos ecossistemas para o desenvolvimento do país é conhecido parcialmente pelos tomadores de decisão, mas isto ainda não se reflete na construção e implementação de políticas. O diálogo social sobre os valores da biodiversidade e os serviços que ela realiza é crescente, entre outros, devido a um aumento da divulgação e da conscientização sobre o assunto. Mas isto ainda não se reflete numa construção e implementação política abrangente. No geral, o valor socioeconômico e cultural da biodiversidade e os serviços prestados pelos ecossistemas intactos, assim como o potencial de rendimento nos mercados de sustentabilidade não são devidamente reconhecidos e levados em conta no processos de planejamento e de investimento. Pelo contrário, as consequências negativas de políticas públicas inadequadas e a contínua sobre-exploração e degradação dos ecossistemas ameaçam um desenvolvimento socioeconômico sustentável. A diminuição da capacidade de adaptação às mudanças climáticas e aumento das vulnerabilidades a eventos climáticos extremos que ameaçam a vida e as bases econômicas da população.

Razões para isto são especialmente a falta de conhecimento e experiência dos atores responsáveis para integrar serviços ecossistêmicos nos processos de tomada de decisões e em estratégias de desenvolvimento. Apesar dos esforços e das diversas iniciativas, faltam principalmente exemplos práticos de implementação, instrumentos e procedimentos concretos e incentivos positivos testados para combinar argumentos ecológicos e econômicos no marco das estratégias de desenvolvimento, e, desta forma, reforçar iniciativas políticas e do setor privado para o desenvolvimento sustentável conectadas a processos de desenvolvimento regional. Além disso, falta um diálogo estruturado entre as diversas instituições e níveis de governo e em particular um diálogo intersetorial e parcerias com o setor empresarial para o desenvolvimento. Do lado do setor privado, falta um maior compromisso das pequenas e médias empresas, que hoje representam mais de 80% das empresas brasileiras. Ademais, o conhecimento e a compreensão da sociedade sobre a importância e as funções da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para proteger as condições de vida ainda não é suficientemente amplo.

## 4.2 Objetivos

### 4.2.1 Objetivos e Público-alvo

#### Objetivo Geral (situação desejada)

Atores públicos e privados chave integram serviços ecossistêmicos (SE) nos processos de tomada de decisão.

### Objetivos Específicos (Produtos)

1. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) contam com abordagens e instrumentos comprovados para a integração de serviços ecossistêmicos no desenvolvimento de políticas e estratégias.
2. Processos prioritários de desenvolvimento regional consideram serviços ecossistêmicos no planejamento e implementação e servem como referências para uma aplicação abrangente.
3. Pequenas e médias empresas integram serviços ecossistêmicos em seus negócios.

### Público-alvo

Tomadores de decisão e técnicos nos níveis federal, estadual e municipal envolvidos na elaboração de políticas públicas, assim como representantes das Federações das indústrias e empresários. Além disso, atores da sociedade civil que influenciam a elaboração e implementação de políticas sobre clima, ecossistemas e biodiversidade e que acompanham foros de diálogo intersetorial.

Indiretamente, a sociedade brasileira como um todo que se beneficiará de políticas e programas de incentivos positivos que conservam a biodiversidade e o clima contribuindo para a melhoria das condições de vida.

## **4.2.2 Indicadores**

### Indicadores do Objetivo Geral

- ✓ 65% dos parceiros capacitados e assessorados confirmam ter considerado valores socioeconômicos e culturais dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade nas suas decisões profissionais;  
(Fonte: registro de parceiros sobre cursos, assessorias e entrevistas regulares)
- ✓ Pelo menos 05 Estados usam programas estruturados de compensação e mecanismos de incentivo para a valorização de serviços ecossistêmicos;  
(Fonte: levantamentos sobre a situação e o desenvolvimento qualitativo dos programas de compensação de serviços ecossistêmicos nos estados selecionados)
- ✓ Pelo menos 05 pequenas e médias empresas integram serviços ecossistêmicos nos seus processos de produção.  
(Fonte: Entrevistas na CNI e nas Federações Estaduais das Indústrias)

### Indicadores do Objetivo Especifico 1

- ✓ Para pelo menos 03 políticas federais e/ou programas de conservação da biodiversidade, proteção do clima e uso sustentável, estão disponíveis ferramentas concretas e propostas de atuação para a valorização de serviços ecossistêmicos prioritários;  
(Fonte: Documentação e publicações do MMA)
- ✓ Modelos replicáveis de integração de serviços ecossistêmicos em políticas empresariais e decisões de investimento são propostos para a sua implementação pelas Federações Estaduais das Indústrias aos seus associados.  
(Fonte: Documentação do projeto, material de divulgação, entrevistas na CNI e Federações Estaduais das Indústrias)

### Indicadores do Objetivo Especifico 2

- ✓ Em um número crescente de investimentos públicos e privados nas regiões selecionadas são considerados serviços ecossistêmicos de forma demonstrada;  
(Fonte: Levantamentos/Entrevistas sobre o estado e desenvolvimento, relatórios, estudos, licenciamentos ambientais)

- ✓ Métodos comprovados e propostas de implementação para a consideração de serviços ecossistêmicos estão disponíveis com exemplos de referência.  
(Fonte: Levantamentos/Entrevistas sobre o estado e o desenvolvimento nas regiões selecionadas, documentação do projeto, material de divulgação)

#### Indicadores do Objetivo Especifico 3

- ✓ Pelo menos 05 Federações Estaduais das Indústrias contam com programas institucionalizados de formação para a integração de serviços ecossistêmicos e orientam a empresas associadas;  
(Fonte: Relatórios anuais das Federações Estaduais das Indústrias e das empresas)
- ✓ Pelo menos 03 Federações Estaduais das Indústrias formulam recomendações para a quantificação de serviços ecossistêmicos nos balanços empresariais.  
(Fonte: Relatórios anuais das Federações Estaduais das Indústrias e das empresas)

### **4.2.3 Estratégia de intervenção**

#### Hipótese de impacto

A consideração de serviços ecossistêmicos pelos tomadores de decisão públicos e privados no Brasil representa uma contribuição importante à conservação da biodiversidade, a proteção do clima e ao desenvolvimento sustentável.

#### Atividades-chave

No começo do projeto será consolidada uma estrutura de condução entre os parceiros, assim como um plano de implementação conjunto que será atualizado periodicamente. Isto incluirá uma priorização das medidas a serem tomadas dentro das capacidades existentes e a construção do sistema de monitoramento orientado para impactos.

Objetivo 1: O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) contam com abordagens e instrumentos comprovados para a integração de serviços ecossistêmicos no desenvolvimento de políticas e estratégias. *Parceiros estratégicos: MMA, CNI.*

- 1.1 Capacitar técnicos e tomadores de decisão do MMA, da CNI e de outros atores-chave (p.ex. MF) na análise, valoração e integração de serviços ecossistêmicos (abordagem TEEB/ISE).
- 1.2 Apoiar plataformas público-privadas de diálogo entre o MMA e a Iniciativa *Business and Biodiversity*, atualmente composto por CNI, CEBDS, MEB e LIFE para o detalhamento dos desafios, assim como sensibilização e mobilização especialmente de médias e pequenas empresas.
- 1.3 Aproveitar as experiências adquiridas nos níveis regional e local para desenvolver métodos, instrumentos e estratégias de integração de serviços ecossistêmicos em políticas e programas selecionados e contribuição com a articulação TEEB Brasil (baseado nas experiências-piloto da componente 2).
- 1.4 Contribuir para o desenvolvimento e adequação de instrumentos, critérios e diretrizes de implementação em programas federais para a valoração e compensação de serviços ecossistêmicos.
- 1.5 Fomentar iniciativas de pesquisa aplicada e parcerias entre academia e tomadores de decisão no marco da iniciativa TEEB-Brasil.
- 1.6 Sistematizar, processar e divulgar estudos de valoração de ecossistemas existentes para apoiar processos de negociação intersetoriais.
- 1.7 Desenvolver e implementar estratégias de comunicação para a sensibilização de formadores de opinião e de tomadores de decisão dos setores públicos e privados e da sociedade civil.

- 1.8 Replicar as experiências adquiridas nos níveis regional e local nas redes nacionais e internacionais de conhecimento vinculadas tematicamente, especialmente a rede brasileira e internacional TEEB, a *Green Economy Coalition* (GEC), a *Global Partnership for Ecosystems* e a *iniciativa Ecosystem Services Valuation and Wealth Accounting* (WAVES) do Banco Mundial, assim como a Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade.

Objetivo 2: Processos prioritários de desenvolvimento regional consideram serviços ecossistêmicos no planejamento e implementação e servem como referências para uma aplicação abrangente.

*Parceiros: Estados e Municípios selecionados, MMA, CNI e Federações Estaduais das Indústrias, Organizações da Sociedade Civil.*

- 2.1 Capacitar atores-chave regionais e locais para o fortalecimento da compreensão conceitual e técnica da interdependência entre economia e serviços ecossistêmicos e da importância da biodiversidade e dos ecossistemas para processos de desenvolvimento regional.
- 2.2 Elaborar estudos para análise e valoração econômica de serviços ecossistêmicos prioritários como fator de desenvolvimento nos níveis regional e local, assim como tendências e cenários do seu desenvolvimento futuro.
- 2.3 Acompanhar processos de zoneamento e ordenamento selecionados nos níveis local e regional para a integração de serviços ecossistêmicos, assistência técnica, desenvolvimento de instrumentos e apoio na sistematização de experiências.
- 2.4 Fortalecer plataformas de diálogo entre atores públicos, privados e da sociedade civil para a negociação de prioridades de desenvolvimento baseadas na valoração de serviços ecossistêmicos prioritários.
- 2.5 Desenvolver e implementar estratégias de comunicação para a sensibilização de formadores de opinião e tomadores de decisão da sociedade civil e dos setores público e privado nas regiões.
- 2.6 Assessorar o desenvolvimento e adequar programas de valorização e compensação de serviços ecossistêmicos, bem como sua interação com mecanismos de controle estatais.
- 2.7 Processar sistematicamente e divulgar experiências e melhores práticas, elaborando recomendações de atuação para políticas públicas, atuação empresarial e fomento do intercâmbio entre as regiões.

Objetivo 3: Pequenas e médias empresas integram serviços ecossistêmicos em seus negócios.

*Parceiros: CNI, Federações Estaduais das Indústrias e Empresas, Estados e Municípios selecionados, MMA.*

- 3.1 Sistematizar e avaliar abordagens metodológicas, impactos dos mecanismos de compensação e incentivos privados e públicos no Brasil (p.ex. programas de compensação estaduais, ICMS-Ecológico).
- 3.2 Analisar e avaliar serviços ecossistêmicos em empreendimentos para a sua integração nos processos produtivos e no planejamento empresarial (gestão de riscos, inovação tecnológica, novos modelos de negócios) e sua contribuição na agregação de valor local e regional.
- 3.3 Desenvolver instrumentos, critérios e planos de ação para a integração de aspectos da biodiversidade na prática empresarial e nas cadeias de valor.
- 3.4 Fomentar intercâmbio de conhecimentos e experiências no desenvolvimento e na implementação de instrumentos concretos para a integração de serviços ecossistêmicos no setor privado, incluindo a organização de uma oficina internacional sobre o tema.
- 3.5 Promover processos de diálogo entre atores públicos e privados para articular medidas, procedimentos e indicadores para a integração de serviços ecossistêmicos na atuação empresarial e nas cadeias de valor.
- 3.6 Desenvolver e fomentar critérios e indicadores, assim como mecanismos de certificação e incentivos públicos como estrutura de motivação para empresas, entre outros para apoiar a iniciativa de certificação LIFE (*Lasting Initiative for Earth*).

### 3.7 Sensibilizar atores-chave em instituições de financiamento e crédito.

#### Descrição da Rede de Impactos

O projeto segue os passos metodológicos da abordagem de integração de serviços ecossistêmicos na tomada de decisões ("*Integrating Ecosystem Services*" – *IES-Approach*). Esta abordagem se divide em seis etapas interativas: a) Definição do escopo, b) Identificação e priorização de serviços ecossistêmicos, c) Identificação e análise das condições e tendências, d) Identificação das principais características institucionais e culturais, e) Análise da necessidade de valoração econômica dos serviços ecossistêmicos e escolha do método apropriado e f) Concepção da estratégia para a integração dos serviços ecossistêmicos nos processos e políticas de desenvolvimento prioritários. O projeto funciona em três componentes interligadas que atendem aos objetivos específicos do projeto. Nelas se vincula a abordagem IES com abordagens de promoção de desenvolvimento de capacidades, de plataformas de diálogo entre atores públicos e privados, bem como de gestão do conhecimento.

O foco do projeto está no fomento de exemplos-piloto locais e regionais que fluam no marco de uma abordagem multinível na política e na concepção de estratégias nacionais. As experiências de aprendizado alimentam, adicionalmente, plataformas de conhecimento internacionais relevantes, especialmente o processo TEEB internacional. Além da realização de estudos de valoração prioritários dos serviços ecossistêmicos, o projeto aproveita sinergias e se vincula a exemplos existentes. A promoção da cooperação entre o conhecimento acadêmico e a prática no contexto da pesquisa orientada à aplicação desempenha um papel importante. Uma estratégia adequada de comunicação e sensibilização deve contribuir para um diálogo social sobre os valores socioeconômicos e culturais da biodiversidade e os ecossistemas e seu significado para o desenvolvimento sustentável estimulando mudanças de comportamento.

No primeiro componente as políticas e programas intersetoriais para a proteção, restauração e uso sustentável da biodiversidade selecionadas (ver 4.1.1) serão complementadas e fortalecidas através da inclusão do valor dos serviços ecossistêmicos. Tomadores de decisão dos programas serão treinados na abordagem TEEB, de forma que se reforçará a sua capacidade para apoiar a implementação de experiências locais e regionais (vínculo com o componente 2). Através do fornecimento de argumentos econômicos e experiências práticas se trabalha propositalmente fortalecendo a capacidade negociadora dos atores ambientais em processos intersetoriais (*mainstreaming* da temática). Estes incluem as interfaces entre a biodiversidade e as políticas climáticas com abordagens programáticas em outros setores, como agricultura, turismo, infra-estrutura e processos de licenciamento ambiental. As políticas prioritárias fornecem uma boa interconexão, já que são coordenadas e articuladas entre os diferentes ministérios. O acompanhamento do projeto pelo Ministério da Fazenda tem um papel estratégico, visando o aproveitamento da experiência adquirida no desenho de instrumentos fiscais que considerem os serviços ecossistêmicos. A promoção de plataformas de diálogo entre o setores público e privado contribui para uma compreensão comum da temática e fortalece parcerias para o desenvolvimento.

O segundo componente se propõe a implementar exemplos concretos da integração dos valores sócioeconômicos e culturais da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no marco de processos de desenvolvimento regional. São planejados projetos-piloto para a identificação, demonstração e incorporação de serviços ecossistêmicos em regiões selecionadas dos três biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Juntamente com parceiros nacionais, serão selecionadas regiões prioritárias identificadas através dos seguintes critérios:

- Demanda, propriedades e contribuições das instituições estaduais e municipais.
- Programas e iniciativas existentes; possibilidades de co-financiamento.
- Regiões prioritárias para a implementação das políticas públicas.
- Representatividade da experiência piloto no contexto nacional; diversidade das condições ecológicas, sócio-econômicas e culturais.
- Diversidade e complementaridade das parcerias.

Espera-se que os atores locais e regionais utilizem a sua capacidade reforçada para contribuir ao equilíbrio entre a conservação e os interesses de utilização de recursos naturais nos processos

concretos de tomada de decisões e formulação de políticas. Processos de diálogo estruturado e novas parcerias (por exemplo, entre a indústria e comunidades rurais, população rural e urbana) e a promoção de processos de aprendizagem conjuntos entre governo, sociedade civil e setor privado devem contribuir para a continuidade das medidas. As experiências-piloto testadas e processadas alimentam o diálogo político nacional e se ancoram nele (vínculo com o componente 1) servindo assim de referência para recomendações de políticas e para assegurar uma implementação abrangente. Ao mesmo tempo as Federações Estaduais das Indústrias encaminham os conhecimentos adquiridos na forma de incentivos positivos para melhorar a competitividade das empresas e atores de cadeias de valor selecionadas (vínculo com o componente 3).

No marco do terceiro componente serão desenvolvidas, com base em exemplos reais, ferramentas e métodos concretos para integrar os serviços ecossistêmicos em processos de produção selecionados e políticas empresariais. As Federações Estaduais das Indústrias serão fortalecidas na sua capacidade de expandir os programas existentes, de desenvolver ofertas de formação específicas e de acompanhar exemplos-piloto. O público-alvo da capacitação e formação são principalmente pequenas e médias empresas organizadas em cadeias de valor prioritárias (produção - beneficiamento - comercialização). Um estreito diálogo com tomadores de decisão municipais e estaduais nas regiões prioritárias devem levar a um entendimento comum sobre a importância da biodiversidade e dos ecossistemas intactos para um desenvolvimento econômico local e regional. A interação entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil deve também contribuir a promover um clima de investimento e de incentivos para o envolvimento privado nesta área. O intercâmbio de aprendizados e experiências entre as regiões e o nível nacional leva a exemplos de referência que serão divulgados aproveitando plataformas existentes como a iniciativa TEEB Brasil ou a *Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade*, criando incentivos para um maior envolvimento do setor privado. Além disso, serão incentivadas mais parcerias com o setor empresarial no contexto das abordagens de cadeia de valor do Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade.

#### **4.2.4 Riscos**

Risco 1: Os campos de ação do Ministério do Meio Ambiente perante outros ministérios influentes são menores e as prioridades são habitualmente conjunturais. Preocupações ambientais em setores-chave da economia ainda estão sub-representadas. O processo de negociação proposto para o desenvolvimento de instrumentos de incentivo econômico para a proteção e uso sustentável da biodiversidade pode ser mais complexo e demorado do que o previsto como resultado de prioridades divergentes das principais partes interessadas. Existe o risco de atrasos tanto no nível federal como nos níveis estadual e municipal na aprovação de leis e suas regulamentações, bem como nas suas políticas e programas derivados.

Classificação de risco: Alto

Estratégia para minimizar o risco: O projeto está inserido no processo nacional TEEB Brasil, que inclui o Ministério do Ambiente (MMA), o Ministério da Fazenda (MF), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as instituições da sociedade civil. Uma estrutura de condução com instituições relevantes deve acompanhar o projeto na sua concepção e implementação, elaborando planejamentos no médio prazo e promovendo um trabalho continuado. O interesse existente e a atualidade do tema, bem como as formas de cooperação já existentes entre os vários atores também contribuem para a minimização do risco.

Risco 2: As questões ambientais estão muitas vezes em um âmbito de tensão entre interesses políticos e econômicos de curto prazo frente a estratégias de sustentabilidade de longo prazo. Grupos de interesse políticos e econômicos que no curto prazo não se beneficiem da integração dos serviços ecossistêmicos podem bloquear processos ou tentar promover estratégias tradicionais de desenvolvimento opostas (agronegócio, megaprojetos de infraestrutura, etc.). Neste contexto, existe a preocupação de que a indústria e outros setores como agricultura vejam o seu envolvimento nos objetivos ambientais de uma forma crítica ou negativa.

Classificação de risco: Alto

Estratégia para minimização do risco: Com o projeto, os valores de biodiversidade serão apresentados como um fator econômico para outros setores políticos e da sociedade, promovendo ofertas específicas de cooperação e diálogo. A parceria com os setores econômicos será ativamente apoiada pelo projeto. Os projetos-piloto locais e regionais de implementação da abordagem TEEB são centrais para aumentar a aceitação dos diversos setores. Estes projetos permitirão a aprendizagem na prática e através da comprovação da viabilidade e dos impactos sócio-econômicos e ambientais positivos poderão por em movimento processos mais amplos de mudança. O acompanhamento de processos envolvendo diversos atores e uma estreita aliança de governo, empresas e sociedade civil devem garantir a aceitação social ampla, que por sua vez exercerá influência nas decisões políticas.

Risco 3: A valoração dos serviços ecossistêmicos é muitas vezes descrita como uma forma de monetização da natureza. Discussões ideológicas podem, em alguns casos levar a reações adversas e a uma atitude negativa. Junto a instituições locais e autoridades de supervisão fracas, existe o risco de que avaliações econômicas do capital natural sejam mal calculadas ou mal interpretadas.

Classificação de risco: Médio

Estratégia para minimizar o risco: O projeto trabalha este risco potencial no contexto de campanhas de educação e formação e estratégias de sensibilização. Aqui se coloca o cálculo econômico como meio de promover o diálogo com os setores da economia. Além dos valores sócioeconômicos se consideram também os valores culturais e espirituais da biodiversidade. A seleção de métodos de valoração adequados inclui o contexto sociocultural de cada região.

Avaliação da capacidade de influência dos riscos: Média

## 4.3 Impactos Esperados

### 4.3.1 Contribuição para a proteção do clima (mitigação)

- Através do acesso aos mecanismos compensatórios (por exemplo, PSE, compensações voluntárias para a biodiversidade (*biodiversity offsets*) podem ser adotadas medidas de proteção dos ecossistemas e assim contribuir de forma importante para a implementação eficaz da estratégia nacional de REDD+ e a proteção climática através da conservação das florestas.
- O *mainstreaming* da biodiversidade e das questões do clima nas outras políticas setoriais (agricultura, turismo, infra-estrutura) leva a políticas mais coerentes e contribui para a implementação de planos de redução setoriais (NAMA). De forma associada, se esperam efeitos na adaptação de outros incentivos públicos e privados que valorizem os serviços ecossistêmicos, por exemplo, através da redução de incentivos inadequados ou de uma implementação eficiente de créditos ligados aos objetivos de combate ao desmatamento.
- Através da internalização das externalidades ambientais, se equilibram conservação e estratégias de uso promovendo assim a gestão sustentável da terra. Desta forma, aumenta-se a capacidade de fixação de carbono.
- O trabalho com a CNI e as suas Federações Estaduais leva à mobilização de recursos privados para iniciativas de proteção do clima, tanto através da redução/mitigação das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal (incluindo REDD+), como da implementação de medidas para redução das emissões de GEE no nível empresarial, por exemplo, ao longo das cadeias de valor.
- Em geral, se reforça uma ampla conscientização nos tomadores de decisão e na opinião pública sobre a relevância das mudanças climáticas.

### **4.3.2 Contribuição para a adaptação às mudanças climáticas**

- Ecossistemas intactos desempenham um papel importante e custo-efetivo na prevenção de riscos consequentes de eventos climáticos extremos, por exemplo na estabilização de encostas contra deslizamentos de terra ou na proteção das encostas em inundações através da vegetação natural. A avaliação e internalização das funções reguladoras dos ecossistemas contribui para a redução de danos e prevenção de desastres naturais fortalecidos pelas mudanças climáticas com custos mais baixos.
- A consideração dos custos da degradação ambiental, incluindo os custos de adaptação às mudanças climáticas, promove uma contribuição importante para o planejamento de longo prazo e priorização de medidas de adaptação nas respectivas regiões.
- Igualmente, se produz um aumento da resiliência frente aos efeitos da mudança climática através da divulgação de abordagens para a gestão sustentável dos recursos naturais. A vulnerabilidade da população local frente às mudanças climáticas é reduzida por políticas adequadas que abordam a importância dos serviços ecossistêmicos.

### **4.3.3 Contribuição para a diversidade biológica**

- A agenda TEEB está consolidada como prioritária para a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Ela contribui para alcançar os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica. O projeto contribui diretamente para o cumprimento das Metas de Aichi, em particular para os objetivos um a quatro.
- Componentes e serviços da biodiversidade são mais visíveis através de argumentos econômicos. Isso pode fortalecer estratégias e políticas de proteção da biodiversidade assim como processos de conservação dos recursos e de promoção do equilíbrio ecológico e a coordenação com outras iniciativas de uso sustentável.
- No marco de mecanismos compensatórios também deve se contribuir para os objetivos de equidade na repartição de benefícios. A lei em elaboração sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) orienta as intervenções.

### **4.3.4 Contribuição ao desenvolvimento econômico, social e ambiental (co-benefícios)**

O desenvolvimento econômico e social do Brasil no médio e longo prazo depende em grande medida da conservação da diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos fornecidos por esta.

- A avaliação dos serviços ecossistêmicos e sua integração nos processos de negociação política aumenta a sensibilidade e o conhecimento da importância da biodiversidade e dos ecossistemas intactos para o desenvolvimento econômico e social.
- Através do acesso a mecanismos compensatórios (por exemplo, PSE, REDD+) podem ser promovidos incentivos para a proteção dos serviços ecossistêmicos. Atualmente, está se discutindo um projeto de lei a respeito do tema, no Congresso Nacional que está em fase de apreciação na câmara dos deputados. Iniciativas estaduais existentes promovem oportunidades para que as compensações também possam ser utilizadas para medidas de desenvolvimento social. Desta forma, criam-se incentivos econômicos que contribuem para a melhoria das condições de vida das pessoas.
- O programa de transferência de renda Bolsa Verde, já aprovado e em fase de implementação, é voltado para atender as necessidades de famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. Ele pretende combinar a conservação

da biodiversidade com as metas de redução da pobreza. O projeto apoia esta e outras iniciativas similares na sua concepção e implementação.

- Medidas para promover a inclusão social são fomentadas através da integração de valores culturais e espirituais dos ecossistemas. A abordagem da sociobiodiversidade valoriza os produtos tradicionais de grupos locais (p.ex. comunidades extrativistas), para que isso se reflita no preço no contexto das cadeias de valor ou para criar mecanismos de mercado adequados junto com programas governamentais de subvenção que minimizem os riscos para a população.

### 4.3.5 Multiplicação

#### Replicabilidade dos objetivos específicos do projeto (produtos)

- Os exemplos concretos de implementação do projeto no nível local e regional tem caráter demonstrativo e podem servir como base para aplicação além do próprio projeto. Um acompanhamento detalhado das atividades-piloto através dos atores nacionais e uma sistematização conjunta das experiências de aprendizagem e a sua divulgação colocam os parceiros e grupos-alvo em condições de integrar os serviços ecossistêmicos em outros processos e desenvolver novos projetos.
- O "mercado sustentável" no Brasil (e no mundo) está crescendo fortemente e faz com que as abordagens comprovadas nos setores e empresas possam ser replicadas em outros setores.
- Um quadro normativo parcialmente favorável (por exemplo, a lei de PSA em fase de consulta, as estratégias para uma economia verde e programas de compensação no nível estadual) facilita a realização dos compromissos políticos ambiciosos do Brasil sobre o clima e proteção da biodiversidade. Numerosas iniciativas criam incentivos para as quais se demandam bons exemplos de implementação e compensação. Isso aproxima os temas da sociedade, o que por sua vez cria incentivos para que as empresas participem ativamente no desenvolvimento de políticas de conservação de biodiversidade e de proteção do clima ("mercados consumidores").

#### Efeito multiplicador (níveis de atuação)

- O desenvolvimento de capacidades e os processos participativos de planejamento com serviços ecossistêmicos terão efeitos potenciais diretos nos níveis local e regional, incentivando projetos semelhantes em áreas selecionadas de intervenção.
- O desenvolvimento planejado de capacidades e a formação de multiplicadores nos três níveis (nacional-regional-local) promove a ampliação da abrangência das medidas e efeitos nas áreas de intervenção do projeto.
- As boas práticas fomentadas e sistematizadas no nível corporativo tem um efeito multiplicador expressivo, já que muitas das empresas interessadas são transnacionais e têm um grande interesse na aplicação de ferramentas e práticas bem sucedidas em outros locais. O trabalho com a CNI como parceiro direto de execução do projeto assegura um efeito multiplicador.
- Uma colaboração estreita com redes temáticas internacionais, como por exemplo no âmbito da agenda internacional TEEB, a *Green Economy Coalition* e a Iniciativa *Brasileira de Negócios e Biodiversidade* que permitem uma aprendizagem mútua e o compartilhamento das experiências, o que por sua vez garante a multiplicação no nível internacional. O Brasil desempenha um papel de liderança no tema e a demanda por modelos replicáveis é muito grande.

## **4.4 Outras características do projeto**

### **4.4.1 Caráter de inovação**

Exemplos concretos de implementação no nível local e regional para integrar os serviços ecossistêmicos na tomada de decisão possuem um caráter de modelo, tanto no Brasil como em outros países. Através de abordagens já existentes nesta área, o Brasil apresenta condições muito apropriadas para o desenvolvimento dos instrumentos no âmbito da abordagem TEEB.

O arranjo institucional dos atores governamentais, do setor privado e da sociedade civil para operacionalizar o conceito TEEB também é inovador, assim como a cooperação entre os setores ambiental e financeiro. Até agora há poucas plataformas para o diálogo formadas por agentes públicos e privados para discutir estratégias específicas dentro da Economia Verde, que incorporem a biodiversidade e as mudanças climáticas como parte dela. Nesse sentido, a aliança existente relativamente nova entre CNI e MMA tem um potencial muito elevado. A questão da valorização da biodiversidade e da internalização dos custos da degradação ambiental causada pelas mudanças climáticas nos sistemas de contabilidade empresarial é uma inovação metodológica.

No setor empresarial brasileiro, já existem uma série de abordagens inovadoras e dinâmicas como o sistema de certificação LIFE (*"Lasting Initiative for Earth"*) criado em 2009, que pela primeira vez no mundo incentiva, por meio de padrões e critérios uniformes, formas de negócios intersectoriais que valorizam a proteção da biodiversidade.

O crescente engajamento do setor empresarial em trabalhar ativamente na proteção do clima e da biodiversidade nas suas estratégias de negócios, demonstram a força para novos modelos de negócios no Brasil, com impactos além das fronteiras do país. Além disso, foros como a bolsa internacional para os negócios de economia verde em São Paulo ou a bolsa verde no Rio de Janeiro também têm sido ampliados nos últimos anos.

## **Garantia de continuidade depois do financiamento**

A inserção do projeto no processo mais amplo do TEEB Brasil, a grande importância que é dada ao tema nos diferentes setores e níveis, assim como a consolidação das experiências de aprendizagem em políticas públicas e privadas asseguram a continuidade das ações após o término do projeto.

A estrutura diversificada de parceiros e o trabalho nos diversos níveis aumentam a abrangência dos impactos e minimiza riscos e dependências que comprometem a permanência dos resultados do projeto. O reforço das parcerias entre os setores público e privado mobiliza fundos privados e apoia o desenvolvimento de novas linhas de financiamento, que por sua vez contribui para a perenidade das intervenções.

O projeto baseia-se em redes existentes e as apoia, de forma que a continuidade das atividades esteja garantida. A parceria entre o MMA e a CNI, assim como a Iniciativa Brasileira de Negócios e Biodiversidade, têm o potencial para agir como plataformas estratégicas de consolidação de novas parcerias com o Setor Empresarial no âmbito da proteção da biodiversidade e do clima.

O trabalho de comunicação em rede do projeto se dirige a tomadores de decisão do setor político, econômico e da sociedade civil para incorporar o tema na agenda política nacional e apoiar mudanças graduais no comportamento. Devem se criar bases que garantem a uma mudança social na direção de um uso mais responsável da biodiversidade e dos recursos naturais.

Finalmente, também deve se aproveitar o papel ativo do Brasil como um ator-chave para enfrentar os desafios globais como a proteção do clima e da biodiversidade para complementar esforços nacionais, usar as sinergias com as novas iniciativas internacionais sobre o tema (por exemplo, com o PNUMA no âmbito TEEB, a proposta em preparação de GEF Economia Verde e biodiversidade). Isso também contribui para a ampla implementação das experiências adquiridas no projeto.

#### **4.4.2 Visibilidade do projeto**

A agenda TEEB no Brasil, na qual se encaixa o projeto proposto tem uma elevadíssima prioridade política no Ministério do Meio Ambiente. Numerosos pedidos de colaboração de outros setores (por exemplo, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Urbano, Ministério do Turismo) mostram que a temática tem o potencial para se tornar um veículo de articulação interministerial. Isso demonstra a relevância do projeto para promover o engajamento dos diversos setores, além dos já conhecidos atores da área ambiental. O Brasil está fortemente envolvido nas negociações internacionais no âmbito da Convenções sobre Diversidade Biológica e sobre Mudanças Climáticas. O projeto é gerido pelos respectivos pontos focais das convenções no Ministério do Meio Ambiente, e esta interligado com processos existentes, tais como a criação da política de REDD no Brasil e o desenvolvimento do plano de ação para implementar as metas de Aichi. Uma troca ativa de experiências com outras iniciativas internacionais na área TEEB é parte integral do projeto. Isto garante uma grande visibilidade do projeto, tanto no contexto nacional como no internacional.

Os grandes eventos esportivos dos próximos anos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíada 2016) colocam ao Brasil fortemente no foco da atenção internacional. Os objetivos declarados do governo para a redução de emissão de CO<sub>2</sub> nos eventos e as medidas de compensação previstas para a proteção e recuperação de áreas florestais naturais oferecem interessantes aderências ao projeto. Desta forma, as medidas do projeto poderão obter visibilidade de alcance internacional.

#### **4.4.3 Garantia de cumprimento de padrões sociais no trato com comunidades locais e indígenas**

A abordagem multissetorial e as atividades do projeto (educação e formação, processos de diálogo, desenvolvimento de estratégias para a integração dos serviços ecossistêmicos, etc) são construídos sobre uma participação ativa da população local incluindo a população indígena. Além dos valores socioeconômicos, o projeto promove os valores culturais e espirituais da biodiversidade e dos ecossistemas e a sua importância para promover processos de desenvolvimento regional. O fortalecimento das políticas públicas que promovem a agregação de valor sustentável local através da integração dos serviços ecossistêmicos irá também beneficiar a estes grupos.

O direito internacional dos povos indígenas e de outros povos locais tradicionais ao Consentimento Prévio Livre e Informado (Convenção 169 da OIT) foi assinado pelo governo brasileiro. A relação de troca estreita com o projeto de Promoção de Terras Indígenas da GIZ que também faz parte do Programa de Florestas Tropicais e a cooperação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e seus escritórios regionais garante o maior respeito pelos direitos desses grupos-alvo e promove os seus interesses no âmbito dos objetivos do projeto.

### **5. Interrelação com projetos da cooperação internacional e outros aspectos relevantes**

#### **5.1 Sinergias e relação com outros projetos e setores relevantes (da cooperação alemã e internacional)**

O projeto utiliza a experiência de mais de 20 anos da cooperação alemã na área ambiental com o Brasil. Sinergias se dão com vários projetos em andamento do Programa de Florestas Tropicais, tanto do lado do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha (BMU) (Proteção do Clima e da Biodiversidade na Mata Atlântica, Combate a Incêndios no Cerrado, Monitoramento da Biodiversidade), como no lado do Ministério de Cooperação Alemão (BMZ) na Amazônia (Fomento de Áreas Protegidas, Promoção de Terras Indígenas, Desenvolvimento Regional / Ordenamento Territorial e Financiamento Ambiental). A

estreita interação se dá principalmente nas temáticas de Pagamento por Serviços Ecossistêmicos e da correspondente plataforma de aprendizagem sobre o assunto, assim como nas abordagens do Zoneamento Ecológico-Econômico e Ordenamento do Território de Promoção de Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade e de Desenvolvimento de Parcerias com o Setor Empresarial.

No marco dos projetos-piloto existem possibilidades de cooperação com medidas de desenvolvimento locais do Programa Florestas Tropicais na Amazônia que devem se concretizar durante o planejamento operacional. Além disso deve se acessar as ferramentas do *Human Capacity Development* da GIZ, em particular para a educação e formação de profissionais e líderes (*change agents*) e para a consolidação do diálogo e plataformas de conhecimento.

Finalmente, o projeto usa a Agenda TEEB internacional como um quadro de referência. Já existem fortes relações de intercâmbio que devem ser intensificadas no marco do projeto. Um intercâmbio sistemático de experiências e conhecimentos com outros países e iniciativas internacionais, como por exemplo a “*Green Economy Coalition*” ou as abordagens no âmbito da contabilidade verde (SEEA, WAVES) fazem também parte do projeto.

## **5.2 Outros aspectos relevantes**

O projeto foi acordado nas negociações governamentais Brasil-Alemanha do governo em setembro de 2011.

O grande interesse do parceiro brasileiro é refletido entre outros nas altas contrapartidas de EUR 2,5 milhões. Outros possíveis apoios do setor privado poderão ser especificados durante a implementação do projeto.